

Relatório sobre a votação eletrônica nas eleições do Instituto Federal Sul-rio-grandense

1. Introdução

Segundo o art. 12 e o art. 13 da Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a nomeação de Reitoras ou Reitores e de Diretoras-Gerais ou Diretores-Gerais dos IFs deverá ser precedida de processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, com peso de 1/3 para a manifestação de cada um dos segmentos docente, técnico-administrativo e discente.

De acordo com o disposto no Decreto nº 6.986/2009, os processos de consulta para esses cargos ocorrerão de forma simultânea a cada quatro anos, sendo que cabe ao Conselho Superior de cada Instituto Federal deflagrar esses processos, com antecedência mínima de noventa dias do término dos mandatos correntes. Os referidos processos devem ser conduzidos por uma comissão eleitoral central e por comissões eleitorais de câmpus, devendo a comissão eleitoral central elaborar as normas, disciplinar os procedimentos de inscrição e definir o cronograma para a realização dos processos de consulta.

Os mandatos do Reitor e das Direções de todos os câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) têm término previsto para 04 de julho de 2021. Considerando que a instituição está com suas atividades presenciais suspensas até 31 de dezembro de 2020, que o mundo enfrenta uma pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19) e que as medidas de distanciamento social são recomendadas pelos órgãos oficiais de saúde enquanto não há vacina ou cura para essa doença, o Conselho Superior do IFSul preocupado com o planejamento e a organização desses processos instituiu comissão para estudar meios para realizar o processo de consulta à comunidade escolar de forma virtual.

Integrantes da comissão designada por meio da Portaria nº 1.449/2020:

- Ana Paula Nogueira e Silva
- Carla Simone Guedes Pires
- Gabriele Laís Mandler
- Janaína Corneli
- Vivian Anghinoni Cardoso Correa

Dessa forma, a comissão apresenta ao Conselho Superior do IFSul relatório com o estudo realizado para subsidiar a decisão desse conselho quanto à adoção de votação eletrônica nesses processos de consulta.

2. Contexto da votação eletrônica nos IFs

A pandemia de COVID-19, que inviabilizou o trabalho de vários setores durante o ano de 2020, também teve impacto nas atividades desempenhadas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no contexto nacional. Ensino, pesquisa e extensão passaram a

funcionar de forma remota, com o aporte de diferentes tecnologias para adaptar suas atividades e seguir atendendo a população.

Nesse contexto, várias instituições tiveram que adaptar também seus processos eleitorais, visto que vários mandatos de Reitoras, Reitores, Diretoras-Gerais e Diretores-Gerais chegaram ao fim em 2020, em diferentes instituições pelo Brasil. Citamos o IFSP, IFFAR, IFRR, IFMA, IFNMG; entre outros; que buscaram meios para realizar as eleições através da internet e garantir a continuidade do processo democrático para escolha de dirigentes, característico dos IFs desde a sua constituição.

Os institutos federais que realizaram eleições esse ano, optaram pelo sistema Helios Voting, respaldado juridicamente, e por uma campanha realizada em sites e redes sociais com votação eletrônica após o período de campanha. Até o presente momento, institutos federais que adotaram esse sistema de votação eletrônica tiveram o resultado dos processos de consulta homologados pelos seus Conselhos Superiores e encaminhados ao Ministério da Educação (MEC).

3. Sistema para votação eletrônica - Helios Voting

O Helios Voting é um sistema de votação online com auditoria aberta, desenvolvido pelo pesquisador do grupo de criptografia e segurança da informação do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), Ben Adida.

Segundo Adida (2008)¹, o sistema atende casos em que são necessárias eleições confiáveis e secretas. Por meio de métodos criptográficos, o voto é mantido em segredo. Além disso, o sistema não fornece à eleitora ou ao eleitor nenhuma evidência da sua opção de voto, é gerado tão somente um comprovante que confirma a participação no pleito.

Relatórios técnicos elaborados pelos institutos federais que utilizaram esse sistema em seus processos de consulta, concluíram que:

- O Helios Voting é um sistema diferenciado e maduro para um processo de votação online, já tendo sido utilizado por diversas instituições de ensino;
- Desconhece-se qualquer outro software livre e de código aberto com o mesmo amadurecimento, ou que estivesse à altura do Helios Voting; e
- Há um grande interesse da comunidade acadêmica no seu desenvolvimento como objeto de pesquisa, o que pode agregar novas funcionalidades, corrobora sua relevância e permite sua constante evolução.

¹ Adida, Ben. (2008). **Helios: Web based open audit voting**. In 17th USENIX Security Symposium.

4. Pareceres jurídicos aplicáveis

Os institutos federais que utilizaram o sistema de votação eletrônica para os seus processos de consulta à comunidade acadêmica em 2020 com objetivo de escolher Reitoras ou Reitores e Diretoras-Gerais ou Diretores-Gerais solicitaram pareceres jurídicos às suas Procuradorias Federais e à Consultoria Jurídica do MEC.

O Parecer nº 59/2020/PROC/PFIFNORTEDEMINAS/PGF/AGU foi motivado de forma conjunta pelos institutos federais IFFAR, IFRR, IFNMG, IFMA e IFSP e assinado pelas Procuradorias Federais desses mesmos institutos, o qual conclui que:

- “a) não há vedação legal para adoção do processo de consulta à comunidade escolar por meio remoto, com a utilização de recursos de tecnologia de informação, para a escolha de Reitor e Diretores Gerais dos Campi (eleição virtual ou eletrônica);
- b) o software ou sistema a ser adotado deverá ser capaz de garantir ao processo:
 - a) acessibilidade, b) transparência, c) confidencialidade do voto, d) autenticidade, e) possibilidade de auditoria; f) integridade;
- c) os requisitos indicados na alínea anterior devem ser certificados por parecer técnico da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação ou órgão equivalente de cada Instituto Federal de Educação;
- d) por força do art. 2º do Decreto nº 10.332/2020, deverá, ainda, haver deliberação do Comitê de Governança Digital nos Institutos Federais que já tenham estruturado esse órgão;
- e) por fim, dado o impacto da medida em toda a comunidade acadêmica, o Conselho Superior deverá deliberar e normatizar (mesmo que fixe apenas normas gerais), em última instância, sobre a utilização do Sistema virtual (ou eletrônico) de votação no âmbito de cada Instituto Federal.”

O Parecer nº 00817/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU foi emitido a partir de solicitação do IFMA e conclui que “Diante do exposto, este Consultivo corrobora com o entendimento externado no Parecer nº 00059/2020/PROC/PFIFNORTE DE MINAS/PGF/AGU, no sentido da viabilidade jurídica dos Institutos Federais, no uso da autonomia consagrada no art. 207 da Constituição Federal, adotarem o processo de votação eletrônica com uso de recursos da tecnologia da informação para a escolha de Reitores e Diretores Gerais, devendo ser assegurada a segurança jurídica do processo eleitoral, através de regras que garantam a lisura, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos processos de votação eletrônica.”

5. Conclusão da comissão

Considerando o objetivo da comissão instituída pela Portaria nº 1.449/2020, após análise das documentações disponibilizadas por outros institutos federais e do contexto enfrentado pelo IFSul atualmente, apresentam-se as seguintes conclusões:

- Por conta da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), da necessidade de adoção de medidas de distanciamento social, da suspensão das atividades presenciais e das dificuldades e custos logísticos pela complexa estrutura do IFSul, distribuída em diferentes cidades do Estado do Rio Grande do Sul (reitoria, 14 câmpus, 1 centro de referência e 50 polos EaD), observados na realização do pleito anterior, justifica-se a realização de um processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha de Reitora ou Reitor e de Diretoras-Gerais ou Diretores-Gerais de forma totalmente remota, por meio de votação eletrônica.
- O sistema Helios Voting é a melhor opção para realização do processo de consulta de forma remota, tendo sido utilizado por diversos institutos federais e universidades nas suas eleições de representantes.
- Considerando os pareceres jurídicos citados nesse relatório, é necessário que o Conselho Superior:
 - Solicite à Diretoria de Tecnologia da Informação do IFSul um relatório técnico que certifique que o sistema Helios Voting garantirá ao processo os seguintes requisitos: acessibilidade, transparência, confidencialidade do voto, autenticidade, possibilidade de auditoria; integridade;
 - Solicite parecer do Comitê de Governança Digital quanto à utilização do sistema e da realização do processo de consulta de forma remota; e
 - Delibere e normatize (mesmo que fixe apenas normas gerais), em última instância, sobre a utilização do Sistema virtual (ou eletrônico) de votação no âmbito do IFSul.
- Embora existam pareceres jurídicos favoráveis e aplicáveis à realidade do IFSul, fica a critério do Conselho Superior solicitar parecer à Procuradoria Federal do IFSul.
- O Conselho Superior, caso entenda viável a adoção desses procedimentos para realização dos processos de consulta de forma remota, deverá solicitar à Diretoria de Tecnologia de Informação do IFSul que inicie as tratativas para análise do sistema Helios Voting, bem como instalação e testes que permitam a elaboração do relatório técnico e assegurem os requisitos adequados.
- Em virtude das especificidades relacionadas ao processo de consulta de forma remota, recomenda-se que seja prevista na regulamentação eleitoral uma comissão técnica responsável pelas fases do processo que envolvem o sistema de votação.

Destaca-se que o sistema Helios Voting não é um sistema de gestão de eleições, ele possui funcionalidade apenas para a criação das urnas virtuais, votação e apuração (total de votos por candidato por urna virtual). Portanto, todo o restante do processo eleitoral, como registro de candidaturas, apresentação de candidatos, entre outras, não são contempladas pelo Helios Voting.

Por fim, ressalta-se que foi observado pelas instituições que utilizaram o sistema Helios Voting e realizaram seus processos eleitorais de forma remota, que somente o sistema não garante o sucesso do processo, sendo necessária uma integração de atividades entre todas as

partes envolvidas, considerando regras, definição de procedimentos para validação e transparência para a comunidade, além de acessibilidade, comunicação e orientação.

Diante disso, é necessário que o IFSul providencie os meios para garantir o processo democrático de escolha dos dirigentes no ano de 2021.